

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ORDEM DO DIA Nº 037/2015 SESSÃO ORDINÁRIA 19/10/2015

1 - 2ª Discussão do PROJETO DE LEI Nº 248/2013 – DALBERTO CHRISTOFOLETTI E OUTROS – Autoriza o Poder Executivo a desenvolver atividades pedagógicas e de capacitação para a classe dos Monitores da Rede Municipal de Ensino. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR DALBERTO CHRISTOFOLETTI.** Processo nº 13920.

2 - 2ª Discussão do PROJETO DE LEI Nº 09/2015 – JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS – Dispõe sobre reaproveitamento de água pluvial nas escolas públicas municipais, e dá outras providências. Processo nº 14332.

3 - 2ª Discussão do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 051/2015 – JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU E AGNELO DA SILVA MATOS NETO - Dispõe sobre recuo mínimo, garagem e rebaixamento de guias nos Loteamentos de Interesse Social e dá outras providências. Processo nº 14383.

4 - 2ª Discussão do PROJETO DE LEI Nº 065/2015 – JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU - Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3937 de 11 de maio de 2009. Processo nº 14398.

5 - 1ª Discussão do PROJETO DE LEI Nº 184/2014 – PAULO MARCOS GUEDES - Institui o Dia Municipal em atenção às famílias da Chácara dos Pretos, a ser realizado anualmente no dia 13 de Junho. Parecer Jurídico nº 184/2014 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 142/2014 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 093/2014 – pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 079/2014 – pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nº 011/2014 – pela aprovação. **EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR PAULO MARCOS GUEDES.** Processo nº 14232.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

6 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 219/2014 – PAULO MARCOS GUEDES** – Altera o lado das ciclofaixas onde houver canteiros centrais. Parecer Jurídico nº 219/2014 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 166/2014 – pela legalidade. Processo nº 14271.

7 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 232/2014 – DALBERTO CHRISTOFOLETTI, MARIA DO CARMO GUILHERME E RAQUEL PICELLI BERNARDINELLI** – Institui a Política Municipal de Proteção aos Animais na Cidade de Rio Claro. Parecer Jurídico nº 232/2014 – pela legalidade com ressalvas. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 008/2015 – pela legalidade. **EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR DALBERTO CHRISTOFOLETTI, MARIA DO CARMO GUILHERME E RAQUEL PICELLI BERNARDINELLI.** Processo nº 14271.

8 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 238/2014 – DALBERTO CHRISTOFOLETTI E RAQUEL PICELLI BERNARDINELLI** - Dispõe sobre a proibição da venda de animais domésticos em estabelecimentos comerciais nas modalidades "pet shop", lojas de ração, agropecuárias e estabelecimentos similares no município de Rio Claro-SP. Processo nº 14298.

9 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 070/2015 – RAQUEL PICELLI BERNARDINELLI** – Autoriza a presença de “Doulas” durante o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas pela parturiente, nas maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Município de Rio Claro. Parecer Jurídico nº 070/2015 – pela inconstitucionalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 048/2015 – pela inconstitucionalidade. Processo nº 14404.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

10 - Discussão e Votação Única do **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/2015 – JOÃO TEIXEIRA JÚNIOR** – Altera o artigo 174 da Resolução 244/2006 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro. Parecer Jurídico s/nº - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 085/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 060/2015 – pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 064/2015 – pela aprovação. Processo nº 14441.

11 - Discussão e Votação Única do **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/2015 – ANDERSON ADOLFO CHRISTOFOLETTI, JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS E PAULO MARCOS GUEDES** – Dispõe sobre a criação, no âmbito da Câmara Municipal de Rio Claro, da FRENTE PARLAMENTAR CRISTÃ e dá outras providências. Parecer Jurídico s/nº - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 081/2015 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 052/2015 – pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 061/2015 – pela aprovação. Processo nº 14467.

+++++

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 248/2013

PROCESSO Nº 13920

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Autoriza o Poder Executivo a desenvolver atividades pedagógicas e de capacitação para a classe dos Monitores da Rede Municipal de Ensino).

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a desenvolver atividades pedagógicas e de capacitação para a classe dos Monitores da Rede Municipal de Ensino, visando à formação e atualização de planejamento no trabalho.

Parágrafo Único - Entre as atividades pedagógicas e de capacitação poderão ser realizadas leituras, debates, reflexões, cursos, palestras, simpósios, conferências, etc.

Artigo 2º - As atividades pedagógicas e de capacitação podem ser realizadas semanalmente com uma carga horária média de 2 (duas) horas.

Artigo 3º - A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária de 02/06/2014 –
Maioria Simples.

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 248/2013

Processo nº 13920

Fica modificado a redação do Artigo 3º do presente projeto, que passa a ter a seguinte redação:

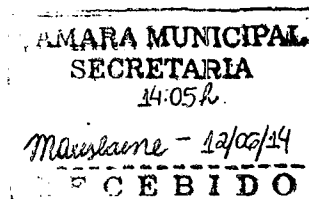
Artigo 3º - A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias a partir da sua promulgação.



DALBERTO CRISTOFOLETTI

Vereador – PDT

2º Secretário



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 09/2015

PROCESSO Nº 14332

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Dispõe sobre reaproveitamento de água pluvial nas escolas públicas municipais, e dá outras providências).

Artigo 1º - Fica instituída, através da presente Lei, a obrigatoriedade do reaproveitamento de água pluvial em todas as escolas públicas municipais da cidade de Rio Claro.

§ 1º - Os projetos de construção de novas unidades escolares deverão contemplar o previsto no *caput* deste artigo.

§ 2º - Nas unidades escolares já construídas e em funcionamento poderá o Poder Executivo apresentar cronograma para a adequação das instalações prevista nesta Lei.

Artigo 2º - A orientação do sistema de captação de água pluvial será dada a todos os alunos e funcionários da rede de escolas públicas municipais da cidade de Rio Claro para o entendimento deste projeto.

Artigo 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei por ato próprio.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 10 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária de 05/10/2015 – 2/3.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 051/2015

PROCESSO Nº 14383

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

(Dispõe sobre recuo mínimo, garagem e rebaixamento de guias nos Loteamentos de Interesse Social e dá outras providências).

Art. 1º - Os lotes com testada até 8,00 metros deverão ter recuo mínimo frontal de 4,50 metros, podendo ser utilizado para garagem coberta o máximo de 3,00 metros de frente para a rua.

§ 1º - O rebaixamento de guia só poderá compreender os 3,00 metros de entrada e saída de veículos.

§ 2º - Sempre que possível, a garagem deverá ser contígua a garagem do imóvel do vizinho.

§ 3º - Na impossibilidade de observância do parágrafo anterior, o proprietário deverá apresentar justificativa na aprovação ou regularização do projeto.

Art. 2º - As edificações já existentes em desconformidade com a presente Lei deverão ser regularizadas em até 180 (cento e oitenta) dias junto ao órgão municipal competente a partir da data de sua publicação, sob penas das medidas legais cabíveis.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as contidas na Lei Complementar nº 82 de 25 de setembro de 2013.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 12 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária de 28/09/2015 – 2/3.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 065/2015

PROCESSO Nº 14398

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3937 de 11 de maio de 2009).

Art. 1º - A ementa da Lei Municipal nº 3937, de 11 de Maio de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

(Cria no âmbito do Município de Rio Claro, o sistema de captação e utilização da água da chuva, para uso não potável, em condomínios, clubes, entidades, conjuntos habitacionais e demais imóveis residenciais, industriais e comerciais, em prédios públicos e particulares).

Art. 2º - O “caput” do Artigo 1º passa a vigorar com a seguinte redação, mantendo-se intactas as redações das alíneas a, b, c, d, e, e também, do Parágrafo Único do mesmo artigo:

“Artigo 1º - Fica criado no âmbito do Município de Rio Claro – SP., o sistema de utilização da água da chuva, objetivando a instalação de reservatórios para captação e utilização de águas pluviais para uso não potável em condomínios, clubes, entidades, conjuntos habitacionais e demais imóveis residenciais, industriais e comerciais, nos prédios públicos e particulares que possuam área impermeabilizada superior a 500 m² (quinhentos metros quadrados), como forma de.”

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 11 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária de 05/10/2015 – 2/3.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Projeto de Lei Nº 184 / 2014

(Institui o Dia Municipal em atenção às famílias da Chácara dos Pretos, a ser realizado anualmente no dia 13 de Junho).

Artigo 1º - Fica instituído o Dia Municipal em atenção às famílias da Chácara dos Pretos, a ser realizado anualmente no dia 13 de Junho.

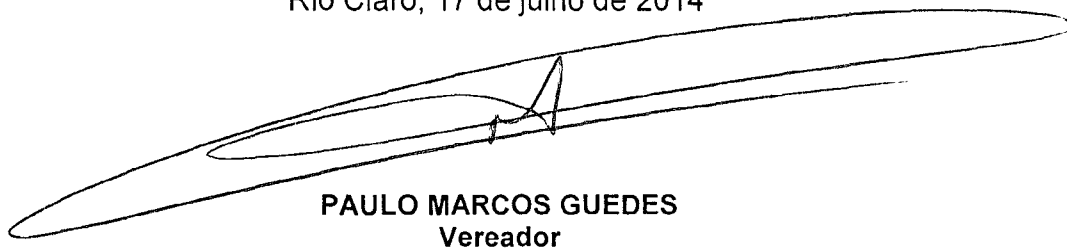
Parágrafo Único – Chácara dos Pretos foi uma área doada em 1850 por Maria Tereza de Jesus ao ex-escravo Alfredo Marques da Mata, que serviu de local de abrigo e residência a várias gerações de negros, mas em 1954 um grupo formado por conhecidas personalidades da cidade, valendo-se da força, coação e chantagem, se apoderaram da área mediante a lavratura fraudulenta de escrituras, tomando-a como usucapiantes, legando aos legítimos proprietários e herdeiros, a miserável e humilhante condição de expropriados.

Artigo 2º - O Dia Municipal em atenção às famílias da Chácara dos Pretos servirá para homenagear a luta infinda dos herdeiros dos escravos que fazem parte da maior espoliação de terra de negros da história do Brasil e, por isso, merece toda atenção.

Artigo 3º - Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Rio Claro, 17 de julho de 2014



PAULO MARCOS GUEDES
Vereador

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

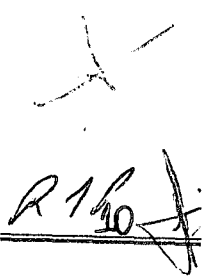
**PARECER JURÍDICO Nº 184/2014, REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 184/2014
– PROCESSO Nº 14232-020-14.**

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria emite Parecer Jurídico a respeito do Projeto de Lei nº 184/2014, de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, que dispõe sobre o dia Municipal em atenção às famílias da Chácara dos Pretos, a ser realizado anualmente no dia 13 de Junho.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre o tema, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.


R 184

Câmara Municipal de Rio Claro

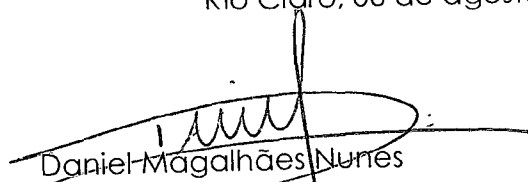
Estado de São Paulo


A competência para dispor sobre a matéria é concorrente, ou seja, tanto a iniciativa pode ser do Prefeito Municipal como do Vereador.


Além disso, a mencionada proposição não acarreta despesas ao erário público.

Diante do exposto e consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço se reveste de **legalidade**.

Rio Claro, 06 de agosto de 2014.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaino Franco Eduardo
Procuradora Jurídica
OAB/SP n.º 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 184/2014

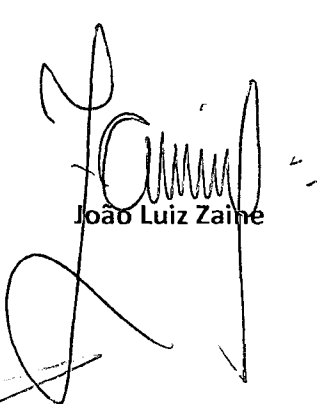
PROCESSO 14.232

PARECER Nº 142/2014

O presente projeto de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, institui o Dia Municipal em Atenção às Famílias da Chácara dos Pretos, a ser realizado anualmente no dia 13 de junho.

Opinamos pela **legalidade** do presente Projeto por encontrar amparo legal no parecer dos Procuradores desta Casa de Leis.


Rio Claro, 26 de agosto de 2014.



João Luiz Zaine



Anderson Adolfo Christofolletti
Relator



Geraldo Luis de Moraes

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 184/2014

PROCESSO 14.232

PARECER Nº 093/2014

O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, institui o Dia Municipal em Atenção às Famílias da Chácara dos Pretos, a ser realizado anualmente no dia 13 de junho.

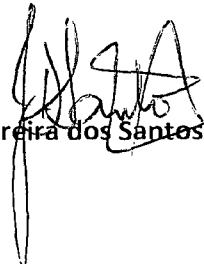
Esta Comissão opina pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 05 de novembro de 2014 .



José Julio Lopes de Abreu

João Luiz Zaine
Relator



José Pereira dos Santos

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 184/2014

PROCESSO 14.232

PARECER Nº 079/2014

O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, institui o “Dia Municipal em Atenção às Famílias da Chácara dos Pretos”, a ser realizado anualmente no dia 13 de junho.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 13 de outubro de 2014 .


Dalberto Christofolletti


Raquel Picelli Bernardinelli
Relatora


Paulo Marcos Guedes

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 184/2014

PROCESSO 14.232

PARECER Nº 011/2014

O presente Projeto de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, institui o **Dia Municipal em Atenção às Famílias da Chácara dos Pretos**, a ser realizado anualmente no dia 13 de junho.


Referido Projeto vem homenagear a luta infinda dos herdeiros dos escravos que fazem parte da maior espoliação de terras de negros da história do Brasil, os quais foram expropriados por um grupo de personalidades de Rio Claro no ano de 1954, tirando-lhes o direito e humilhando-os.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do Projeto de Lei em questão.

Rio Claro, 18 de setembro de 2014.



Anderson Adolfo Christofolletti



Geraldo Luis de Moraes
Relator



Maria do Carmo Guilherme

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR PAULO MARCOS GUEDES AO PROJETO DE LEI Nº184/2014.

1) EMENDA MODIFICATIVA - O Artigo 3º passa a ser Artigo 4º, e o Artigo 4º passa a ser o Artigo 5º.

2) EMENDA ADITIVA – Acrescentar o Artigo 3º com a seguinte redação:

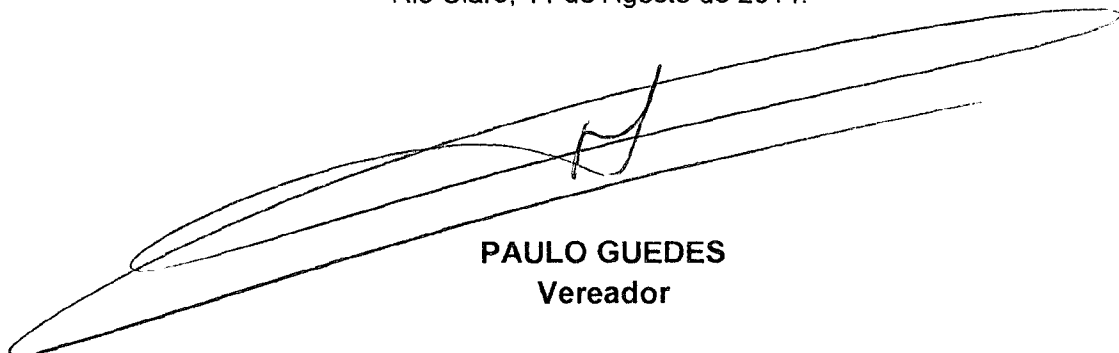
“Artigo 3º - O Poder Executivo poderá envidar esforços no sentido de colaborar com a realização de eventos durante o Dia, preferencialmente em espaços públicos municipais, englobando as seguintes atividades:

I – Feira de Cultura Afro-brasileira de livros, artesanatos e comidas típicas;

II – Oficinas culturais de literatura, danças, contos folclóricos, capoeira e culinária;

III – Apresentações musicais de grupos de arte popular e folclóricos e grupos de expressão afro em geral.”

Rio Claro, 11 de Agosto de 2014.



PAULO GUEDES
Vereador

CÂMARA SECRETARIA

11/08/2014 15:10

16

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Projeto de Lei Nº 219 / 2014

(Altera o lado das ciclofaixas onde houver canteiros centrais).

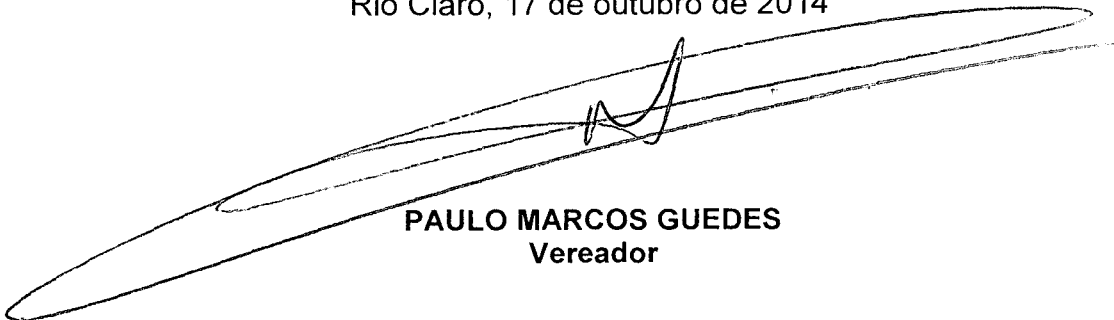
Artigo 1º - Autoriza o Poder Executivo alterar o lado das ciclofaixas onde houver canteiros centrais.

Artigo 2º - Onde houver canteiros centrais as ciclofaixas acompanharão o alinhamento central dos canteiros.

Artigo 3º - Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Rio Claro, 17 de outubro de 2014

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke, positioned above the printed name of the signatory.

PAULO MARCOS GUEDES
Vereador

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Justificativa

As ciclofaixas implantadas defronte as residências muitas vezes são motivos de impugnações, pois os moradores locais são proibidos de estacionarem seus veículos nas áreas destinadas exclusivamente às bicicletas. Com a alteração das ciclofaixas para ao lado dos canteiros centrais, todos serão beneficiados. Os ciclistas poderão continuar transitando pelas vias com segurança e exercendo suas atividades físicas, e os moradores não serão mais prejudicados na hora de estacionarem seus automóveis.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO N.º 219/2014 REFERENTE PROJETO DE LEI N.º 219/2014 – PROCESSO N.º 14271-259-14.

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 219/2014, de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, o qual altera o lado das ciclofaixas onde houver canteiros centrais.

DOS FATOS

A iniciativa dos Projetos de Lei pode partir dos próprios cidadãos, Prefeito, Vereadores, Comissões ou até mesmo da Mesa, tudo em conformidade com o estabelecido no Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro (art. 134) e na Lei Orgânica do Município (art. 44).

Por este motivo, o Poder Legislativo possui, através dos seus Vereadores, legitimidade ativa para iniciar o processo de formação de leis.

O presente Projeto de Lei pretende alterar o lado das ciclofaixas onde houver canteiros centrais, a fim de garantir

R 7/19

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

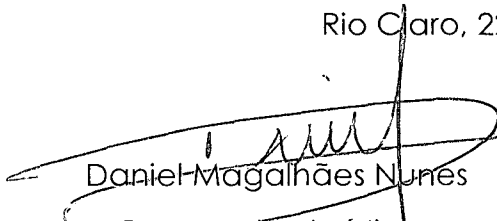
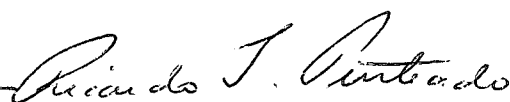

a adequada utilização da passagem de ciclistas, além de trazer maior conforto aos moradores locais que possuem as ciclofaixas implantadas defronte as suas residências, o que os impedem de estacionar seus veículos.

Como se vê, cuida a proposta de normas de predominante interesse local, contudo, há que se reconhecer à competência legislativa da esfera municipal.

Observamos que a propositura **não impõe obrigação ao Poder Executivo**, apenas o autoriza a realizar as devidas alterações nas ciclofaixas, contudo, a execução do presente projeto fica condicionada à iniciativa do Executivo.

Diante do exposto, e consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço **se reveste de legalidade.**

Rio Claro, 22 de setembro de 2014.

	
Daniel Magalhães Nunes	Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico	Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437	OAB/SP nº 139.624
	
Amanda Gaino Franco Eduardo	
Procuradora Jurídica	
OAB/SP nº 284.357	

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 219/2014

PROCESSO 14.271

PARECER Nº 166/2014

O presente projeto de autoria do nobre Vereador Paulo Marcos Guedes, altera o lado das ciclofaixas onde houver canteiros centrais.

Após análise esta Comissão opina pela **legalidade** do mesmo conforme o que dispõe o parecer dos Procuradores Jurídicos desta Edilidade.

Rio Claro, 18 de novembro de 2014.



João Luiz Zaine



Anderson Adolfo Christofolletti
Relator

Geraldo Luis de Moraes

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 232/2014

(Institui a Política Municipal de Proteção aos Animais na Cidade de Rio Claro e dá outras providências)

Capítulo I Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Institui a Política Municipal de Proteção aos Animais, estabelecendo normas para a proteção, defesa e preservação dos animais no Município de Rio Claro/SP.

Art. 2º - Consideram-se animais:

- I - silvestres: aqueles encontrados livres na natureza, pertencentes às espécies nativas, migratórias, aquáticas ou terrestres, que tenham o ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras ou em cativeiro sob a competente autorização federal;
- II - exóticos: aqueles não originários da fauna brasileira;
- III - domésticos: aqueles de convívio do ser humano, dele dependentes, e que não repelem o jugo humano;
- IV - domesticados: aqueles de populações ou espécies advindas da seleção artificial imposta pelo homem, a qual alterou características presentes nas espécies silvestres originais;
- V - em criadouros: aqueles nascidos, reproduzidos e mantidos em condições de manejo controladas pelo homem, e, ainda, os removidos do ambiente natural e que não possam ser reintroduzidos, por razões de sobrevivência, em seu habitat de origem;
- VI - sinantrópicos: aqueles que aproveitam as condições oferecidas pelas atividades humanas para estabelecerem-se em habitats urbanos ou rurais.

Art. 3º - É vedado:

- I - ofender ou agredir fisicamente os animais, sujeitando-os a qualquer tipo de prática ou atividade capaz de causar-lhes sofrimento ou dano, bem como as que provoquem condições inaceitáveis de existência;
- II - manter animais em local desprovido de asseio ou que lhes impeça a movimentação, o descanso ou os privem de ar e luminosidade;
- III - obrigar os animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento, para deles obter esforços que não se alcançariam senão com castigo;
- IV - vender animais em áreas públicas;
- V - enclausurar animais conjuntamente com outros que os molestem;
- VI - maltratar ou sacrificar animais em rituais religiosos;
- VII - exercitar animais conduzindo-os presos a veículo em movimento, motorizado ou não;
- VIII - qualquer forma de divulgação e propaganda que estimule ou sugira qualquer prática de maus-tratos ou crueldade contra os animais;

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

IX – modificar as características naturais dos animais através de recursos artificiais (inseminações) ou manipulações genéticas, ou ainda administrar-lhes hormônios com intuito de alterá-lo para o proveito próprio ou de sua comercialização;

X – concentrar animais aglomeradamente em número superior aos cuidados básicos e necessários que lhes são de direito como seres vulneráveis;

XI - manter animais presos com correntes, cordas ou similares;

XII – manter animais em espaços exíguos;

XIII - manter animais em espaço que o impossibilite de se abrigar de chuva, frio ou sol;

XIV – manter animais em espaço onde o mesmo fique impossibilitado de tomar banho de sol;

XV - utilizar animais como brinde, doando-os em mercados, feiras, exposições ou eventos similares.

Capítulo II Dos Animais Silvestres e Exóticos

Art. 4º - Os animais silvestres deverão, prioritariamente, permanecer em seu habitat natural.

§ 1º - Para a efetivação deste direito, seu habitat deve ser, o quanto possível, preservado e protegido de qualquer violação, interferência ou impacto negativo que comprometa sua condição de sobrevivência.

§ 2º - As intervenções no meio que provoquem impacto negativo devem ser reparadas ou compensadas através do pagamento de multa revertida diretamente ao Fundo Municipal de Proteção aos Animais.

Art. 5º - Fica proibido o abate de manejo para fins de controle populacional, devendo tal controle ser realizado por pesquisa e planejamento realizado pelo Centro de Reabilitação de Animais Silvestres.

Seção I Programa de Proteção à Fauna Silvestre

Art. 7º - Fica instituído o Programa de Proteção à Fauna Silvestre do Município.

§ 1º - O Município, por meio de projetos específicos, deverá:

I - atender às exigências legais de proteção à fauna silvestre;

II - promover a integração dos serviços de normatização, fiscalização e de manejo da fauna silvestre;

III - promover o inventário da fauna local;

IV - promover parcerias e convênios com universidades, instituições públicas ou privadas;

V - elaborar planos de conservação de fauna, principalmente para as espécies ameaçadas de extinção;

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

- VI - colaborar no combate ao tráfico de animais silvestres;
- VII - colaborar na rede mundial de conservação.

§ 2º - O Município poderá viabilizar a implantação de Centros de Reabilitação de Animais Silvestres, para:

- I - atender, prioritariamente, os animais silvestres vitimados da região;
- II - prestar atendimento médico-veterinário e acompanhamento biológico aos animais silvestres;
- III - dar apoio aos órgãos de fiscalização no combate ao comércio ilegal e demais infrações cometidas contra os animais silvestres;
- IV - promover estudos e pesquisas relativos à fauna silvestre e meio ambiente;
- V - promover ações educativas e de conscientização ambiental.

Art. 8º - A Administração Pública Municipal fica autorizada a publicar a cada 4 (quatro) anos, lista atualizada de Espécies da Fauna Silvestre cadastradas e subsidiará campanhas educativas visando sua divulgação, bem como a preservação da fauna silvestre local.

Seção II Da Caça e da Pesca

Art. 9º - As atividades de caça e pesca no Município de Rio Claro sofrem as restrições previstas na legislação competente.

Art. 10 - O Município fica autorizado a manter programas de estímulo à proteção da fauna silvestre, de forma a garantir a qualidade e a preservação ambientais.

Capítulo III Dos Animais Domésticos

Seção I Do Controle Populacional de Animais Domésticos e Da Guarda Responsável

Art. 11 - O Município fica autorizado a manter programas permanentes de vacinação e controle populacional de animais domésticos, ambos acompanhados de ações educativas para a guarda responsável.

Parágrafo Único - Para o cumprimento deste artigo o Município poderá estabelecer convênios com entes ou órgãos públicos e instituições particulares, inclusive clínicas veterinárias e médicos veterinários autônomos.

Art. 12 - O controle populacional de cães e gatos somente poderá ser realizado por meio de castração cirúrgica, sendo vedada qualquer outra forma de castração.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Art. 13 – Fica instituído Programa de Guarda Responsável, que deverá prever formas de identificação dos animais e correspondente cadastro de guardiões.

Art. 14 – O Município fica autorizado a manter programa que possibilite o recolhimento e atendimento médico veterinário gratuito a todo e qualquer animal que dele necessite.

§1º - O atendimento médico veterinário a animal cujo tutor possua condição financeira suficiente para provê-lo deverá ser realizado diretamente junto à iniciativa privada.

§2º - No caso de o tutor mencionado no parágrafo acima se recusar a prover atendimento médico veterinário a seu animal, o Município poderá prestá-lo, devendo, posteriormente, cobrar do tutor as despesas efetuadas, além de informar o fato às autoridades competentes, na forma do art. 32.

Seção II

Dos Animais de Grande Porte e Das Atividades de Tração e Carga

Art. 15 – Dentro do período de 1 (um) ano a contar da data de entrada em vigor desta lei, fica vedada no Município de Rio Claro qualquer atividade de tração e/ou carga, de coisas ou pessoas, com a utilização de animais, inclusive para fins turísticos.

Parágrafo Único - Neste período de 1 (um) ano deverá ser implantado, pela Secretaria Municipal de Ação Social, Programa para a recolocação no mercado de trabalho, dos profissionais que se utilizam de animais em atividades de tração e/ou carga.

Art.16 – É vedado em toda área urbana do Município de Rio Claro, nas vias públicas, independentemente da destinação, o transporte de pessoas ou coisas com a utilização de animais ungulados ou biungulados.

Art. 17 – O Município fica autorizado a prever formas de identificação dos animais de grande porte.

Art.18 – O Município fica autorizado a manter programa que possibilite o recolhimento e atendimento médico veterinário gratuito a todo e qualquer animal que dele necessite.

§1º – Fica instituído Programa de Destinação dos Animais Apreendidos, através do correspondente cadastro de tutores, sendo vedado o leilão.

§2º - O atendimento médico veterinário a animal cujo tutor possua condição financeira suficiente para provê-lo deverá ser realizado diretamente junto à iniciativa privada.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

§3º - No caso de o tutor mencionado no parágrafo acima se recusar a prover atendimento médico veterinário a seu animal, o Município deverá prestá-lo, devendo, posteriormente, cobrar do tutor as despesas efetuadas, além de informar o fato às autoridades competentes, na forma do art. 32.

Seção III Do Transporte de Animais

Art. 19 - É vedado:

- I - fazer viajar um animal a pé, mais de 10 (dez) quilômetros sem lhe dar descanso, água e alimento;
- II - conservar animais embarcados por mais de 6 (seis) horas sem água e alimento, devendo as empresas de transporte providenciar as necessárias modificações em seu material, veículos e equipamentos, adequando-as às espécies animais transportadas, dentro de 6 (seis) meses a partir da publicação desta lei;
- III - conduzir, por qualquer meio de locomoção, animais colocados de cabeça para baixo, de mãos e pés atados, ou de qualquer modo que lhe produza sofrimento ou estresse;
- IV - transportar animais em cestos, gaiolas ou veículos sem as proporções necessárias ao seu tamanho e números de animais, e sem que o meio de condução em que estão encerrados esteja protegido por rede metálica ou similar, que impeça a saída de qualquer parte do corpo do animal;
- V - transportar animal sem a documentação exigida por lei;
- VI - transportar animal fraco, doente, ferido ou que esteja com mais da metade do período gestacional, exceto para atendimento de urgência;
- VII - transportar animais de qualquer espécie sem condições de segurança para quem os transporta.

Capítulo IV Das Atividades de Diversão, Cultura e Entretenimento

Art. 20 - É vedado realizar ou promover rinhás, lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes, touradas, simulacros de tourada e vaquejadas, em locais públicos ou privados.

Art. 21 - É vedada a apresentação ou utilização de quaisquer animais em espetáculos circenses, feiras, exposições ou similares, ainda que seja somente para mostra ou exposição ao público, seja em local público ou privado.

Art. 22 - São vedadas a permanência, exposição e utilização de animais em provas de rodeio e espetáculos similares.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Capítulo V

Da Substituição ao uso de animais no ensino, na pesquisa e em teste de Produtos

Art. 23 - Fica proibida a utilização de animais, vivos ou mortos, provenientes dos órgãos de controle de zoonoses ou canis e gatis municipais, ou similares públicos ou privados, terceirizados ou não, bem como animais não domiciliados nos procedimentos de experimentação animal.

Art. 24 - As empresas privadas que se utilizarem de métodos substitutivos à experimentação animal deverão ser beneficiadas com privilégios tributários, a serem estabelecidos em lei municipal.

Seção I

Da Escusa ou Objeção de Consciência

Art. 25 - Fica vedada a aplicação de qualquer medida ou consequência desfavorável como represália ou punição em virtude da declaração da escusa de consciência que legitima a recusa da prática ou cooperação na execução de experimentação animal.

§ 1º - No âmbito dos estabelecimentos de ensino deverão ser previstas, a partir do início do ano acadêmico, sucessivo à data de vigência da presente lei, modalidades alternativas de ensino que não prevejam atividades ou intervenções de experimentação animal, a fim de estimular a progressiva substituição do uso de animais.

§ 2º - Os cidadãos rio-clarenses que, por obediência à consciência, no exercício do direito às liberdades de pensamento, crença ou religião, se opõem à violência contra todos os seres vivos, podem declarar sua objeção de consciência referente a cada ato conexo à experimentação animal, conforme garantia constitucional prevista no artigo 5ª da Constituição Federal de 1988.

§ 3º - Fica vedada a aplicação de qualquer medida ou consequência desfavorável como represália ou punição em virtude da declaração da escusa de consciência que legitima a recusa da prática ou cooperação na execução de experimentação animal.

Capítulo VI

Da Implantação e Coordenação da Política Municipal de Proteção aos Animais

Art. 26 – O Executivo fica autorizado a criar órgão municipal responsável por implantar e coordenar a Política Municipal de Proteção aos Animais, o qual, dentre outras, tem a função de zelar pela saúde do animal, contribuir para o aperfeiçoamento dos trabalhos das Polícias Militar e Civil, do Ministério Público e do Judiciário, fortalecer a atuação das associações protetoras dos animais, apurar denúncias de maus-tratos, fiscalizar e realizar visitas técnicas periódicas em estabelecimentos públicos ou privados, comerciais ou residenciais, que abriguem animais de quaisquer espécies e em qualquer número, tais como abrigos, canis e gatis.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Capítulo VII Das Demais Proibições e Penalidades

Art. 27 - Fica proibida a queima de fogos de artifícios, em especial de rojões, ou qualquer outro artifício que produza barulho ou ruído, a menos de dois quilômetros de áreas verdes, praças e áreas de proteção ambiental.

Parágrafo Único - Responderá pela infração quem, por qualquer modo, a cometer, concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

Art. 28 – As infrações às disposições desta lei serão punidas, isoladas ou cumulativamente, da seguinte forma:

I – advertência por escrito;

II – multa no valor de 300 UFMRC, por animal, nos casos de maus-tratos, e de 500 UFMRC, por animal, nos casos em que a ação levar o animal a óbito;

III - apreensão dos animais;

IV — perda da guarda, posse ou propriedade do animal, qualquer que seja sua espécie.

§ 1º - Nos casos de reincidência, caracterizados pelo cometimento de nova infração a multa corresponderá ao dobro da anteriormente imposta.

§ 2º - A advertência por escrito nunca será aplicada isoladamente.

Art. 29 – As instituições que executem atividades reguladas no Capítulo IV desta Lei estão sujeitas, em caso de transgressão às suas disposições, isoladas ou cumulativamente, às penalidades administrativas de:

I - multa no valor de 500 UFMRC para cada transgressão apurada;

II - interdição temporária;

III - suspensão de financiamentos provenientes de fontes oficiais do Município pelo período de três anos;

IV - interdição definitiva.

Parágrafo único - O mesmo se aplica às empresas que transgredirem as disposições desta Lei.

Art. 30 - Todos os animais apreendidos deverão ser avaliados por veterinário da Secretaria Municipal de Saúde, esterilizados e receberão, se necessário, tratamento médico-veterinário e encaminhados para adoção.

Art. 31 - O Agente Público Municipal que tomar conhecimento de ocorrência de maus-tratos contra animais e deixar de comunicar o fato à autoridade competente ou

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

deixar de cumprir a obrigação de que trata esta lei ou agir para impedir, dificultar ou retardar o seu cumprimento, estará sujeito às mesmas sanções do infrator estabelecidas nesta lei, sem prejuízo das demais penalidades administrativas e penais.

Art. 32 – Fica criado o Fundo Municipal de Proteção aos Animais, para qual serão destinados todos os valores recebidos das multas aplicadas e previstas nesta Lei.

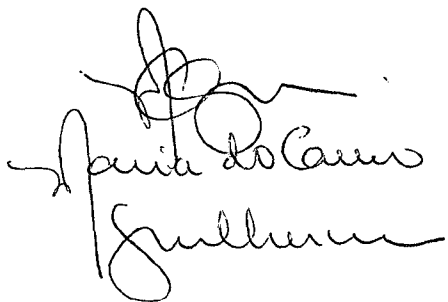
Art. 33 - Todas as infrações serão apuradas mediante processo administrativo próprio, que terá início com a lavratura de Auto de Infração pela autoridade competente, o infrator terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa contra a ação dos fiscais do município, contados da lavratura do auto de infração ou da interdição.

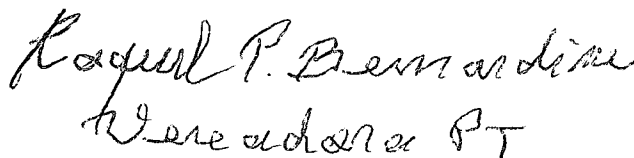
Art. 34 – Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei no que couber.

Art. 35 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 10 de novembro de 2014.


DALBERTO CRISTOFOLETTI
VEREADOR PDT


Paulo do Carmo
Gulherim


Raquel P. Bernardino
Vereadora PT

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Justificativa

A área de Direitos Animais cresce em nosso país em direção a tratamento cada vez mais cuidadoso em relação aos animais. É justo que seres sencientes como os animais tenham a sua integridade física e psicológica respeitada, além de garantias de condições plenas de vida. O respeito aos animais induz respeito a todos os outros seres vivos, sendo, portanto, vetor de uma sociedade mais solidária.

Cabe ao Poder Público Municipal à regulamentação do uso do espaço urbano e rural, desta forma a relação entre seres humanos e animais faz parte deste contexto de regulamentação, objetivo específico desta lei.



Rio Claro, 10 de Novembro de 2014
Dalberto Christofolletti
Vereador PDT



Rafael P. Bernardino

Rafael P. Bernardino